

O Estado como Forma e como Limite: contradições das esquerdas na América Latina, em especial na Venezuela e no Brasil

Vladimir Puzone¹

A atual conjuntura nos países da América do Sul é marcada pela queda dos assim chamados governos progressistas e a ascensão de grupos de extrema-direita, como no Brasil e na Bolívia, ou o retorno de grupos políticos dominantes, como no Uruguai. Junte-se a eles as disputas entre a herança do chavismo com Nicolás Maduro na Venezuela e as sucessivas tentativas de golpe, o que configura crises políticas que se arrastam há anos. Entram em cena administrações que enfatizam o mercado como regulador da vida social ou o uso de aparato repressivo para conter protestos.

As causas para essa derrocada ainda estão sendo discutidas. Algumas delas remetem às expectativas dos governos progressistas em torno de uma retomada das perspectivas estatais e das transformações sociais movidas ou agenciadas por ele. A despeito das diferenças entre aqueles governos – uns de tom mais radical, como foram os casos da Venezuela, do Equador e da Bolívia; outros de cariz mais consensual e reformista, casos do Brasil, Argentina e Uruguai –, pode-se dizer que em todos eles o estado foi peça central nas mobilizações. Mesmo em países como a Bolívia e Equador, em que os movimentos indígenas se caracterizam por maior autonomia, as instituições parlamentares e estatais funcionaram como centro de gravidade dos conflitos políticos.

A presença do estado nesses governos esteve relacionada àquilo que se denominou de “pós-neoliberalismo”, pois representaram vitórias eleitorais

¹ Bolsista PNPd/CAPES e pesquisador colaborador pelo Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília. Contato: vfpuzone@gmail.com

assentadas em uma longa trajetória de protestos e mobilizações contra políticas neoliberais. Desde o *Caracazo* em 1989 até a ascensão do antigo líder sindical Evo Morales à presidência na Bolívia em 2005, as manifestações de trabalhadores e grupos subalternos se voltaram contra as medidas nos anos 1990 que aprofundaram processos de exclusão e aumento da desigualdade social. A partir da eleição de Hugo Chávez em 1998, parecia que as normas do “Consenso de Washington” seriam revertidas em favor das camadas mais empobrecidas das populações dos países da região. No entanto, a sequência dos governos pós-neoliberais passou a ser contestada por parte dos movimentos e organizações populares que estiveram no centro das rebeliões contra a piora nas condições de vida impostas pela implementação neoliberal. Isso foi o ensejo para que discussões em torno da caracterização dos governos “pós-neoliberais” questionasse a validade da expressão e a suposta contraposição deles em relação ao neoliberalismo (Svampa, 2019; Machado e Zibechi, 2016; Stolowicz, 2012; Dilger, Lang e Pereira Filho, 2016; Santos, 2018).

Muitos autores indicaram que esse modelo econômico não foi capaz de modificar os padrões de acumulação do capital na região e, portanto, reverter processos de dependência e subordinação aos centros da economia mundial (Carcanholo, 2015). A expansão do setor primário, estimulada pela demanda chinesa no início dos anos 2000, mostrou não só as fragilidades do modelo de desenvolvimento adotado por muitos dos países sul-americanos. Tão importante quanto o reforço de padrões de acumulação, que já vinha se observando desde as ditaduras militares, especialmente os processos de desindustrialização e especialização rebaixada na divisão do trabalho internacional, a ênfase nas atividades extrativistas acentuava a relação predatória com a natureza característica desde a conquista territorial e o massacre dos povos originários a partir do século XVI (Svampa, 2019; Mantovani, 2014). O modo de vida de comunidades locais é suprimido, em um processo que contribui para uma expansão da pura sobrevivência da força de trabalho e, portanto, recriando condições para a acumulação capitalista (Fontes, 2010, pp. 21-98). Ao mesmo tempo, durante a expansão das atividades primário-exportadoras, diferentes setores capitalistas obtiveram lucros crescentes, integrando parcelas de trabalhadores precarizados aos circuitos da expansão econômica baseada no

extrativismo e na financeirização (Gago, 2018). Para tanto, o estado funcionou como elemento mediador fundamental. Depois de um período de desregulações nas décadas de 1980 e 1990, e que resultou nos levantes mencionados anteriormente, as vitórias das esquerdas sul-americanas significaram um retorno do estado enquanto agente central na modernização capitalista (Stolowicz, 2012, pp. 13-38). Temos aqui outro dos motes caros aos progressistas: a oposição entre mercado e estado, ou ainda, entre neoliberalismo e ação governamental.

Aparentemente, trata-se de uma percepção correta, já que os governos progressistas realizaram uma série de investimentos em obras de infraestrutura e deram apoio estatal a empresas, além, é claro, dos gastos públicos em benefícios sociais. Essa impressão parece ainda mais correta se contrapusermos tais investimentos públicos com as privatizações e desregulações operadas anteriormente. Contudo, a oposição entre estado e mercado opera com uma simplificação, como se o primeiro antagonizasse com o segundo.² No centro dessa confusão estão o estado e as suas tarefas nas sociedades capitalistas periféricas. A contestação à ideia de que o neoliberalismo se opõe à atuação do estado destaca algumas contradições na atual política estatal, especialmente se levarmos em conta que o padrão de acumulação foi cada vez mais aprofundando a reprimarização da economia. Os gastos sociais, por exemplo, foram feitos não pela ampliação de direitos universais (como direito à moradia, transporte, educação e saúde públicas e gratuitas). Diferentemente, os benefícios pagos atrelaram-se à ampliação do crédito às camadas mais empobrecidas dos trabalhadores, o que resultou nas possibilidades de ampliação dos ganhos dos setores financeiros.

O estado pode ser tomado, então, como um dos aspectos centrais da análise sobre os destinos dos governos progressistas, a partir do qual surgem

² De acordo com Cortés (2012, p. 95), a expressão “retorno do estado” é mal formulada, uma vez que ele esteve o tempo todo aí. O que saiu de cena foi sua face ligada ao bem-estar: “está amplamente demonstrado que as políticas neoliberais supuseram um potente exercício do poder estatal”. Por sua vez, Osório (2014, pp. 222-3) mostra que os aspectos mais visíveis do estado, como os gastos públicos e o tamanho do aparato estatal, foram colocados em segundo plano com o neoliberalismo. Contudo, seria preciso prestar atenção para seus aspectos “invisíveis”, isto é, como formas de intervenção social mais restritas com relação às camadas mais empobrecidas das populações da região se apoiaram em formas de gestão estatal. (Todas as traduções de citações em espanhol são de minha responsabilidade).

algumas questões. Por que o estado é visto como o instrumento principal de transformações substantivas na vida dos indivíduos? Quais são as implicações dessa representação para as práticas políticas, tanto em nível institucional como fora dela, especialmente para as possibilidades de organização autônoma dos trabalhadores e subalternos? O presente texto toma essas indagações como ponto de partida. Farei aqui uma conexão sucinta entre o estado como forma política e da sociabilidade burguesa, por um lado, e as limitações dos grupos e partidos de esquerda em países como Venezuela e Brasil, por outro.

Inicialmente, o artigo examina brevemente o estado enquanto forma específica mediante a qual os indivíduos são socializados nessas sociedades e como seus conflitos e antagonismos são contidos no interior dessa forma. Ele não pode ser entendido como instituição isolada dos conflitos sociais e de classe, e nem dos processos de acumulação do capital. Ao contrário, seus traços fundamentais devem ser entendidos em correspondência com as características fundamentais das sociedades capitalistas. Mostrarei na sequência da exposição como as determinações do estado enquanto forma política e de socialização têm de ser analisadas a partir das particularidades históricas das sociedades latino-americanas e, sobretudo, mediante o exame da configuração do capitalismo na região. Esse constitui, a meu ver, um passo necessário para se entender por que o estado aparece muitas vezes como instituição capaz de resolver as desigualdades sociais, ou ao menos reduzi-las substancialmente. Tal expectativa aponta para uma ambivalência fundamental quando se fala do estado nos países latino-americanos. Diante da exclusão e da desigualdade social, ele pode despontar em determinados momentos como meio de ascensão social e melhoria nas condições gerais de vida. Em paralelo, ocorre uma limitação dos horizontes de transformação de trabalhadores e subalternos, que passam a ver no estado a forma última de acomodação e resolução dos conflitos. A maneira como suas vidas são produzidas e reproduzidas continua a ser opaca. Em contrapartida, pelas limitações mesmas da configuração das sociedades burguesas por aqui, o estado também aprofunda os processos de controle dos explorados e dominados de maneira violenta.

Feitas tais observações, passarei à comparação entre esquerdas na Venezuela e no Brasil com o intuito de examinar em que medida as crises

políticas se ligam às suas limitações, especialmente suas organizações e partidos mais bem estruturados, e sua conformação aos horizontes de transformação circunscritos pelo estado. Apesar dessas diferenças, há algumas similitudes quando se observam as crises em ambos os países. Em especial, trata-se de mostrar que a gravitação de seus respectivos movimentos e organizações de trabalhadores e subalternos em torno do estado é um elemento importante para se compreender os golpes e as tentativas de golpe para retirar partidos e grupos de esquerda, além do uso da violência policial e militar. É preciso, então, compreender por que as esquerdas e os movimentos e organizações dos trabalhadores e subalternos se encontram atualmente em posições defensivas e por que isso se relaciona às limitações perante o estado. O artigo também pretende contribuir para uma discussão a respeito das dificuldades tanto das esquerdas brasileiras quanto venezuelanas (e das sul-americanas, em geral) para formular alternativas aos cenários em que crescem antigos e novos reacionarismos.³

Excursão sobre Estado e Forma Social

Dizer que o estado se configura como um modo particular em que as relações de antagonismo próprias às sociedades burguesas se ajustam não significa negar que ele seja utilizado a favor das intenções de determinados grupos. Embora possa ser uma característica do estado, ela não descreve seus traços fundamentais (Heinrich, 2012, p. 202 e ss.). Trata-se de avaliá-lo como uma forma específica, mediante a qual as classes (e outros grupos sociais atravessados por nexos de dominação) relacionam-se umas às outras e reproduzem tais relações. Uma vez que os indivíduos nas sociedades capitalistas tendencialmente devam se constituir enquanto proprietários privados formalmente iguais, o uso direto de força nas relações de dominação solaparia tal

³ Não é intenção deste artigo fazer uma comparação exaustiva entre formas de organização de trabalhadores e subalternos, assim como formas de democracia participativa que existiram nos dois países nas últimas décadas – algo que extrapola em muito as pretensões do presente texto. Na verdade, trata-se mais de um panorama que examina as relações entre alguns traços particulares do desenvolvimento do capitalismo nos dois casos, as maneiras como seus respectivos estados se configuraram em meio àquele desenvolvimento e como grupos e organizações de extração popular pautaram suas ações a partir desse quadro. Para uma comparação entre instituições participativas nos dois países, os textos de Amorim (2015) e Silva (2016) são bastante instrutivos.

igualdade. Conseqüentemente, o estado não pode agir defendendo interesses particulares, mas aparentemente como uma força independente. Não por acaso, o funcionamento das instituições políticas, especialmente das decisões tomadas nas democracias liberais, é expressão daquela igualdade. Se todos os indivíduos são formalmente iguais, mas não podem definir de forma associada como se dará a produção e a reprodução de suas vidas, então a política deve funcionar mediante sufrágio universal e eleger representantes que tomarão decisões em seu lugar. Ao mesmo tempo, o estado deve garantir as condições para a acumulação do capital, que não podem ser estabelecidas pelos capitais individuais – tais como investimentos em infraestrutura necessária à produção e circulação de mercadorias ou a regulação da competição.

Pode-se entender as leis trabalhistas também como essa imposição dos interesses gerais da acumulação capitalista em relação aos interesses e vontades dos capitalistas individuais. Se dependesse destes, a exploração de trabalhadores deveria esgotar ao máximo suas forças, exaurindo-as física e mentalmente e, por conseguinte, solapando as próprias bases da acumulação. Nesse sentido, o estado não é apenas uma forma que garante condições da produção global do capital. Ela também contém em si as possibilidades de acomodar as reivindicações dos explorados e dominados – o que significa dizer que ele não é apenas um aparelho que media relações de exploração e dominação. Essas mesmas relações chocam-se com a resistência de trabalhadores e subalternos e, por vezes, suas demandas e conflitos também encontram expressão nas instituições estatais – ainda que as instituições políticas das sociedades capitalistas contribuam decisivamente para a desorganização dos subalternos, incluindo sua repressão.

Assim, as lutas no interior do estado não são uma mera ilusão, isto é, não se pode limitar a crítica às suas pretensões universais e concebê-las como simples ideologia (Demirovic, 2014). Apesar da crítica, os conflitos entre os indivíduos na sociedade burguesa continuam a assumir a forma do estado. Trata-se, então, de mostrar as razões disso, a partir de uma aproximação entre a teoria do fetichismo e análise da forma estado. Este funciona à revelia das vidas da maioria dos indivíduos e de suas decisões nessa sociedade. Num plano mais profundo, essa forma política de socialização corresponde ao fato de que só podem satisfazer suas necessidades de modo heterônomo, mediante a troca mercantil e porque

parte substantiva dos indivíduos tem de colocar sua força de trabalho à disposição de outros, tendo em vista a ausência dos meios para produzir e reproduzir suas vidas. Dessa maneira, as decisões a respeito dos conflitos entre os diferentes possuidores de mercadorias, que não são iguais entre si na determinação de suas vidas, também deve assumir uma forma igualmente heterônoma. “Na ausência de relações diretas entre os indivíduos, o estado é a esfera de mediação entre as práticas individuais” (Lechner, 2013, p. 340).⁴

Contudo, apesar da forma do estado resultar dos elementos do próprio processo de reprodução do capital, esse processo é constantemente acompanhado de crises e inconsistências (Hirsch, 1990, p. 150 e ss.). A colisão entre as determinações gerais do capital como um todo e os interesses de seus detentores particulares se mostra especialmente nos conflitos internos ao estado e na disputa entre partidos políticos. Isso aponta para a contingência dos processos políticos em cada estado, os quais não podem simplesmente ser deduzidos das determinações gerais do capital, mas só podem ser compreendidas pelos antagonismos específicos a cada formação social. Em resumo, o desenvolvimento do estado e suas formas nacionais depende tanto da conformação dos processos de produção no interior de cada estado-nação quanto da percepção que as classes possuem dessa situação (Thwaites-Rey e Ouviaña, 2012, p. 61).

Levando em conta essas especificidades, é possível questionar: como pensar a questão do estado enquanto garantidor das relações de igualdade

⁴ Assim, as representações em torno do estado não se limitam a um problema de ordem individual, mas a formas de pensamento socialmente válidas e dotadas de objetividade, como Marx (1996, p. 202) havia caracterizado a percepção da economia política em relação à mercadoria e o dinheiro. O estado pode ser analisado de maneira homóloga: parece ser algo dado e evidente, mas é também forma pela qual as relações entre indivíduos e classes se moldam. E as próprias formas permitem que elas sejam tomadas como um dado evidente da realidade. Aqui é preciso pensar numa homologia entre o estado e o exame das outras formas pelas quais a sociabilidades capitalista se expressa e adequa suas contradições. O exemplo da forma salário talvez seja útil para o caso em questão. Ninguém que pensa e luta a favor dos dominados e explorados deveria ser contra aumentos de salário e do nível de renda de trabalhadores, que representam, afinal, possibilidades de melhoria de vida. Apesar disso, o aumento salarial não elimina o fato de que a própria forma salário obscurece as relações de exploração. Somente a superação da necessidade de se vender a força de trabalho para sobreviver é que pode ir além da exploração. Algo semelhante pode ser pensado em relação ao estado. Por um lado, este pode consistir em um meio de mudanças na vida dos trabalhadores e dos subalternos, especialmente em contextos onde sua luta pressione as instituições estatais a reconhecer suas demandas e possibilite aprofundar processos de democratização e maior participação política. Por outro lado, enquanto forma de socialização de indivíduos isolados entre si e que não determinam em conjunto suas condições de vida, o estado deve permanecer como elemento chave dessa sociedade.

jurídica entre proprietários privados em sociedades como as nossas, onde a igualdade formal é colocada em xeque não apenas pelo passado escravista e colonial, mas também porque os proprietários privados não são tratados como iguais? Além disso: é possível entender o estado enquanto forma política e da sociabilidade burguesa diante dos dilemas enfrentados pelo desenvolvimento desse tipo de sociedade, isto é, pensar em estados nacionais em países subordinados à periferia do capitalismo?

Particularidades e Barreiras à Forma do Estado na América Latina

Muitos autores buscaram investigar os traços particulares dos estados da região e como sua configuração correspondia às especificidades da constituição e das transformações dos países. Para Norbert Lechner (2013, p. 340), seria falsa a divergência entre o estudo teórico do estado capitalista como modelo e seu estudo empírico na América Latina como um desvio. O autor chileno afirmou que a relação entre elementos abrangentes e particulares da sociedade capitalista deve ser entendida dentro de uma totalidade e, assim, considerar o desenvolvimento capitalista mundial. Elemento básico de tal investigação consiste na posição particular dos países da região e sua própria formação enquanto espaço de conquista e espoliação durante a expansão capitalista para além da Europa a partir do século XVI.

Como bem colocaram Thwaites-Rey e Ouviaña (2012, p. 162), o conjunto de estados da América Latina possui uma origem em comum, a despeito de seus desenvolvimentos distintos. Desde seu início a região se conformou como um espaço de acumulação dependente no mercado mundial. Mesmo a partir do momento em que se tornaram independentes em relação aos impérios europeus, no século XIX, suas articulações sociais internas continuariam a ser marcadas pela inserção subordinada nos processos globais de acumulação do capital. A debilidade dos processos produtivos seria expressa pela dificuldade das sociedades locais em criar as bases materiais de um interesse geral que se transfiguraria no estado, a exemplo dos países centrais do capitalismo (Lechner, 2013, p. 343). A ausência de vínculos fortes entre classes dominantes locais, que invertiam o excedente apropriado em mercados exteriores, e as classes

subalternas, trabalhando sob condições que rebaixam o valor de sua força de trabalho e sem incorporar o progresso técnico alcançado, implicava que a circulação do capital não se realizasse internamente.

Ao mesmo tempo, o estado teria um papel fundamental nas tentativas de alavancar a expansão do capital. Segundo Osorio (2014, p. 207), essa configuração de acordo com a subordinação externa e o rebaixamento das condições de vida “exige que o Estado do capitalismo dependente opere como uma relação social condensada de enorme relevância”. Assim, ele deve assumir um caráter interventor, configurando o que o autor chama de uma “matriz estadocêntrica” de particular importância na história da região, especialmente a partir do século XX. Não menos importante foram as lutas dos subalternos na imposição de limites tanto à atuação repressiva do estado quanto na regulação do uso da força de trabalho e em melhorias na qualidade de vida, já que boa parte das classes trabalhadoras ficou à margem das relações formais de exploração reguladas pelo estado. Ou seja, o desenvolvimento do capitalismo na região encontrou barreiras colocadas pela inserção inicial de seus países enquanto fornecedores de matérias-primas para a expansão da acumulação de capital na Europa. Esse dado inicial seria reforçado ao longo da história da América Latina e, nos momentos em que as necessidades da reprodução do capital impuseram transformações significativas para as relações entre as classes, o estado seria chamado justamente enquanto forma que ajudaria a reconfigurar as relações de exploração e dominação. Em especial, os estados da região foram chamados a resolver problemas referentes às possibilidades de conformação de um mercado interno de produção e circulação de mercadorias, o que marcou também as relações entre dominantes e dominados. Assim, é possível dizer que a relação entre o estado como forma e as particularidades do desenvolvimento capitalista na região indica uma configuração pendular do estado, entre perspectivas de integração às formas de reconhecimento e amortecimento dos antagonismos capitalistas e aquelas ligadas ao controle violento dessas contradições.

Os textos de René Zavaleta e Alberto Quijano trazem aproximações estimulantes com as considerações a respeito da forma do estado e ajudam a entender porque a busca por construções nacionais ainda é uma pauta que atravessa um conjunto de teorias e movimentos políticos por aqui, e porque o

estado é visto como entidade capaz de incorporar permanentemente indivíduos ao funcionamento normal da acumulação. Por outro lado, em consonância com análises a respeito do desenvolvimento truncado do capitalismo na região, elas destacam como o estado é elemento fundamental nessa construção, justamente pelas bases insuficientes da acumulação.

Em alguns de seus textos sobre o assunto (1989a, 1989b), Zavaleta mostra de forma bastante perspicaz como a constituição do estado (e da própria figura da nação) se liga, especialmente nas experiências europeias, à superação dos particularismos e das localidades. Para que os processos de reprodução e acumulação do capital aconteçam, eles precisam de uma força de trabalho livre, tanto para sua circulação quanto para a venda. Isso corresponderia a um complexo com certo grau de centralização e homogeneização em torno do mercado interno. Indivíduos considerados juridicamente iguais e formalmente livres se submeteriam a essa forma de coletividade que é a nação, configuração mais eficiente para a instalação do modo de produção capitalista segundo Zavaleta. Quanto mais o capital pudesse circular e crescer em um determinado território, tanto mais pujante seria a nacionalização.

Porém, a forma-estado e a nação seriam marcados localmente a ferro e fogo e não a partir dos ideais de igualdade e fraternidade originados na revolução francesa. A partir da conquista dos territórios locais pelos impérios europeus, assistiu-se à violência do processo de formação dos estados locais: “todas as formas de poder institucionalizado que se oponham, obstaculizem ou desacelerem a produção e o mercado do capital, quer dizer, a expansão das novas formas sociais que implicam o capital devem ser confrontadas e, melhor, destruídas” (Quijano 2014a, p. 610). A expropriação dos indivíduos de suas terras e de seus meios de vida, que também havia ocorrido na Europa, foi agravada em um cenário no qual boa parte deles, trazidos à força de outro continente, não poderiam se sentir pertencentes ao território nacional e, portanto, fazer parte de um interesse geral corporificado no estado – a não ser, é claro, pelo uso de mais violência. Aqui, o sociólogo peruano tem em vista o problema da racialização e da eliminação dos povos originários, assim como a migração forçada e a escravização de africanos para cá.

Os ensaios de Quijano ganham particular importância diante do problema, uma vez que mostram como a racialização foi elemento central tanto no plano da produção capitalista quanto na conformação dos modos de dominação e subjetividade modernas. Nos países europeus, a identificação das populações nacionais fomentou-se não apenas conformando-se um tipo racial específico aos territórios, mas também em oposição aos povos colonizados e classificados racialmente. Por lá, as lutas por democratização da sociedade foram, sem dúvida, balizadas pela expansão do mercado e seu impulso de igualar os indivíduos. Mesmo assim, as lutas sociais foram contidas pelo alcance dos processos de nacionalização sob a égide do estado, resultando na constituição de cidadãos. O que ocorreu por aqui foi o contrário:

em sociedades submetidas a um poder imperial de novo cunho, com as populações classificadas colonialmente em 'raças inferiores', distribuídas em formas de trabalho não assalariado, e que, portanto, junto com sua exclusão do mercado e dos contratos, as excluíam de toda forma de individualização e das liberdades consequentes (Quijano, 2014a, p. 613).

Tal exclusão seria fundamental por dois motivos. Primeiro, a constituição dos estados nacionais latino-americanos imitaria os modelos existentes na Europa, já que as formas sociais encontradas por aqui seriam rebaixadas e não conformes à razão eurocêntrica e capitalista – o que ajuda a entender a importação das ideias europeias pelas classes dominantes daqui. Além disso, o estado se converteu em modelo de ação política e resolução dos conflitos para todas as populações. As mesmas instituições das burguesias vitoriosas em suas revoluções clássicas deveriam ser implantadas do outro lado do oceano. Não menos importante é o fato de que o distanciamento em relação a burguesias e grandes proprietários rurais foi fundamental para que os padrões da sociabilidade capitalista desenvolvidos na Europa (e nos Estados Unidos, mais recentemente) fossem vistos como ideais a serem imitados, ignorando as formas das relações sociais dos povos indígenas originários e de africanos escravizados. Mas por conta da própria colonialidade, acrescenta Quijano, é que as esperanças em torno da nacionalização e da igualdade formal entre os indivíduos foram falsificadas. A maior parte dos explorados e dominados passou a ser vista simplesmente como um resquício da barbárie à qual a civilização ocidental deveria se opor e dominar.

A partir desses elementos ressaltados por Zavaleta e Quijano e, com base nas imposições contra as tentativas dos setores populares na região de estabelecer outras formas de organização social e política, é possível afirmar que uma das faces do estado por aqui se revelou por muito tempo como força. Tal condição seria estendida para quase totalidade das classes trabalhadores e grupos subalternos. A ausência ou o enfraquecimento das condições do desenvolvimento da produção e da circulação de mercadorias dentro dos espaços nacionais da América Latina significou, para os subalternos, que a reprodução de sua força de trabalho ficaria aquém dos padrões exteriores. Isso se expressaria na ausência dos significantes em torno da ideia de igualdade entre os indivíduos que caracterizam a forma geral das sociedades burguesas. Seria preciso esperar até o século XX para que seus elementos consensuais aflorassem e, assim, que o estado enquanto corporificação dos interesses gerais e forma de regulação dos antagonismos sociais pudesse se apresentar, ainda que de forma limitadamente.

Se nos períodos coloniais e nas décadas seguintes aos processos de independência a produção de mercadorias tinha como destino mercados externos, o problema da dependência continuaria durante os séculos XX e XXI, a despeito de transformações importantes nos perfis dos países e seus respectivos processos de expansão capitalista. Apesar da perenidade dessas características, houve certamente momentos em que o estado foi chamado a intervir, especialmente quando os processos de acumulação estavam diante de entraves por conta das bases insuficientes de acumulação. Nessas ocasiões, tanto setores das classes dominantes, como burgueses industriais, quanto setores dos subalternos, como trabalhadores urbanos e operários, modificaram o conjunto das relações entre as classes. Com a crise mundial iniciada em 1929, por exemplo, era quase impossível a determinadas formações capitalistas e seus respectivos estados (como nos casos do Brasil, Argentina e México) contar com bases assentadas somente na exportação de produtos primários. Não apenas a produção de mercadorias destinadas ao consumo interno deveria se realizar dentro daqueles países, como também as próprias necessidades dos setores industriais em expansão necessitavam do apoio estatal – diante, por exemplo, da ausência de infraestrutura necessária para a produção e circulação das

mercadorias ou da quantidade de capital necessária a ser invertida no avanço da industrialização.

Neste sentido, o bloco no poder se reacomoda em termos da divisão interna do poder, sob a crescente hegemonia da fração burguesa industrial, tendo no poder estatal sua principal arma para impor seu projeto econômico e societário (Osorio, 2014, p. 212).

Na sequência histórica, o estado permaneceria como elemento aglutinador da dinâmica capitalista na região. Nos populismos de meados do século XX, trabalhadores urbanos sindicalizados viram-se contemplados na melhoria de seus padrões de vida, especialmente pela regulamentação da exploração de sua força de trabalho.⁵ Osorio também observa (2014, p. 213) como as formas e as funções do estado nesse período estavam intimamente associadas às tarefas e alianças envolvidas no projeto de industrialização. Certamente, não se pode esquecer a pressão popular na primeira metade do século XX para sua inserção nos padrões capitalistas de consumo e de participação política (Lechner, 2013, p. 363). Ambos os aspectos se entrelaçariam: a constituição de um grande contingente de trabalhadores industriais e urbanos, resultado das transformações capitalistas da época, pressionou as sociedades locais a incorporá-las nas formas de resolução dos antagonismos – ainda que de forma limitada. Ao mesmo tempo, a organização política de trabalhadores urbanos e industriais se deu sob a égide das instituições estatais, com o atrelamento das burocracias sindicais às decisões políticas. *Grosso modo*, as décadas entre 1930 e 1970 representaram, por um lado, o desenvolvimento da forma estado vinculada ao amortecimento dos conflitos sociais e, por outro lado, apresentou um problema que continuaria nas

⁵ Não custa lembrar que os estratos mais ligados às atividades de subsistência e ao atraso, continuariam a ter sua importância para a expansão capitalista. Como lembra Osório (2014, p. 212), os interesses de grandes latifundiários não foram totalmente opostos com a industrialização nos estados latino-americanos. Ao contrário, esta encontraria “recursos para seu avanço nas rendas provenientes das exportações de matérias-primas e alimentos, ou seja, na manutenção da antiga economia exportadora (mas agora subordinada ao novo projeto econômico), que, apesar de seu declínio, seguia suprindo de recursos monetários duros, de modo que para a própria burguesia industrial era interessante que diminuíssem – mas não fossem destruídas – as bases de sustentação daqueles setores das classes dominantes”. Conjuntamente, aqueles estratos dos trabalhadores serviram para fornecer um largo contingente de força de trabalho barata a atividades urbano-industriais que não exigiam maiores qualificações, ao mesmo tempo em que ajudavam a regular para baixo o valor da força de trabalho dos setores mais diretamente ligados às indústrias. Sobre isso, e especialmente com relação ao caso brasileiro, cf. Oliveira (2003), que mostra em que medida a continuidade da existência de setores precarizados e às margens as relações de trabalho reguladas pelo estado não constituía uma barreira à industrialização.

décadas seguintes – quando a perspectiva de transformações via estado voltou com os governos progressistas.

Não por acaso, a identificação de uma matriz estadocêntrica feita por Osorio pode ser pensada também para a organização política dos trabalhadores. Em particular, a experiência histórica brasileira oferece um prisma significativo para compreendermos a vinculação dos movimentos populares e das esquerdas em outros países da região às perspectivas de transformação via estado. De acordo com Reis Filho (2014), o desenvolvimento da sociedade brasileira em boa parte do século XX pode ser caracterizado por aquilo que o autor chamou de “nacional-estatismo”. Seu marco inicial radicaria na ditadura varguista e influenciou até mesmo as posições do partido comunista brasileiro, redundando nas mobilizações sociais anteriores ao golpe de 1964 – momento em que o PCB esteve aliado ao partido trabalhista brasileiro em favor das reformas de base lideradas por João Goulart. O nacional-estatismo pode ser descrito, então, como um projeto de modernização concentrado na centralização estatal, em um ideário nacionalista, na industrialização e na conciliação de classes. Apesar da derrota do nacional-estatismo popular com a ditadura militar, essa tradição encontraria no Partido dos Trabalhadores um herdeiro – como poderemos constatar na próxima seção.

As organizações populares puderam se desenvolver em meados do século passado uma vez que aceitassem a institucionalização do conflito, ao mesmo tempo em que perdem perspectivas de se organizar de forma autônoma. Elas tendiam a aparecer mais como organizações do povo do que de classe. Esse vínculo concorreu para que o conflito político adquirisse um caráter ainda mais difuso do que em relação à forma básica do estado, já que se expressava por meio por meio de uma divisão entre povo e oligarquia. Embora não seja exclusiva daquele período histórico, a difusão dos antagonismos sociais mostrou em que medida sindicatos e partidos podem tomar o estado por sua aparência. Assim, a existência mesma de suas organizações estava condicionada pelas instituições estatais. Em uma tentativa de particularizar a teoria do estado como forma, Lechner (idem, p. 368) sugeriu que nos países da América Latina a

esfera da mediação social é reduzida à sua ‘encarnação’ (conotação religiosa!) no poder negociador do aparato estatal [...]. Daí que o realismo político veja no

aparato de estado o *locus* do poder, um poder neutro e asséptico, à disposição de quem o comande [...]. A luta social encontra-se, assim, limitada a uma conquista do poder.

Estaríamos diante de uma noção coisificada do poder, que não deixa lugar para a compreensão da natureza do estado. Tal como nas demais formas sociais capitalistas, em que as relações sociais são mediadas por coisas e estas aparecem com vida própria, as reivindicações populares seriam, no dizer de Lechner, confiscadas pelos poderes constituídos. O estado passaria, então, a definir o que deve ou não ser objeto da decisão política.⁶

Apesar da gravitação de organizações operárias e subalternas ao estado em meados do século XX, a pressão popular por reformas que alterassem significativamente suas condições de vida implicou o retorno com força dos traços autoritários. Em resposta àquelas pressões e ao risco de colocar sua subordinação externa em risco, as burguesias de muitos países lançaram mão de golpes militares. Se a ditadura imposta em 1964 no Brasil pode ser analisada como a tentativa de colocar um ponto final nas pretensões do nacional-estatismo (Reis Filho, 2014), o raciocínio pode ser estendido para os países vizinhos. Mesmo que os movimentos dos subalternos estivessem intimamente atrelados à

⁶ Em relação ao Brasil, Carvalho (1996) mostra como o desenvolvimento da cidadania no reverteu-se no que ele chama de “estadania”. O conceito descreveria os vínculos diretos dos indivíduos com o estado, índice das fraquezas do sistema de representação política. Direitos políticos e sociais seriam concedidos de cima para baixo pelo estado, cooptando seletivamente os cidadãos. O alargamento da cidadania pressuporia, portanto, que os indivíduos se relacionassem com o estado mediante partidos políticos e a competição eleitoral. Sem dúvida, as preocupações de Carvalho dialogam com a análise proposta neste trabalho, mas há pontos de divergência importantes. Esse historiador parte de uma separação entre sociedade civil (fraca) e estado (forte). Tal cisão reconhece, sim, o aparto estatal como entidade política distinta das atividades cotidianas de produção e reprodução da vida social, mas ao preço de uma hipóstase. Assim, não se entende como essa separação está baseada nas próprias relações sociais entre indivíduos isolados, que precisam também do estado para se relacionarem enquanto possuidores de mercadorias formalmente iguais. Segundo, ao não se levar em conta esse traço fundamental, perde-se de vista que a cidadania não é a ampliação das possibilidades da sociedade civil em relação ao estado, mas uma forma que regula as relações entre os indivíduos, em especial os detentores da força de trabalho, uma vez que os direitos sociais orientam a possibilidade de sua reprodução em um nível normal. A visão contida nos textos de Carvalho não permite vislumbrar como a cidadania e os processos de representação estão ligados a processos mais gerais da vida sob as formas capitalistas, assim como sua especificidade em países como o Brasil. Por último, pensar em uma perspectiva do problema a partir da representação não significa uma alternativa para além do estado, mas algo que reforça essa forma de mediação entre indivíduos isolados. Aliás, é notável que a perspectiva de Francisco Weffort sobre o populismo também comporte problema semelhante. Ao mostrar que a relação entre estado e massas não se fazia por meio de partidos políticos fortes, mas mediante a identificação com o líder estatal, o autor afirma que, “na ausência de partidos eficientes, o sufrágio tende a transformar a relação política numa relação entre indivíduos” (Weffort, 1978, p. 18).



forma política dominante, a simples ameaça de uma transformação interna substantiva das relações entre as classes era capaz de deixar em pânico as burguesias locais.

Desse breve apanhado sobre as transformações do estado na América Latina, é possível extrair algumas hipóteses, ajudando a entender as contradições da forma política em condições periféricas. Por aqui, os problemas relativos ao estado enquanto forma política de socialização capitalista constituem uma mediação de segunda ordem, uma vez que as limitações dos estados mais avançados são contidas pelas cisões próprias das sociedades latino-americanas. Os autores vistos nesta seção também ajudam a entender porque o estado é tomado como forma evidente e natural de resolução dos antagonismos sociais. Em especial, Quijano (2014b) afirma que o desenvolvimento do estado nacional não se refere apenas a um processo material, mas também intersubjetivo. Afinal, para os habitantes desse espaço impõe-se uma subjetividade que parece inescapável, isto é, a existência sem o estado parece impossível.

Além disso, pode-se dizer que o estado aparece tanto como possibilidade de inserção de trabalhadores quanto de sua repressão. Ou ainda, as especificidades do próprio processo de reprodução capitalista por aqui ajudam a entender porque a forma política pode ao mesmo tempo incorporar limitadamente demandas de baixo e servir como barreira à ampliação de suas perspectivas de transformação, por um lado, e como aparato repressor. Se os governos progressistas de Brasil e Venezuela foram artífices daquela possibilidade, ainda que de maneiras distintas, ambos contribuíram para aquele fechamento das possibilidades de transformação – o que deve ser compreendido pelo avanço e pela dinâmica das relações capitalistas. As transformações no processo de acumulação e as configurações alteradas das classes e suas relações encontraram expressão em uma maior transfiguração dos antagonismos na forma estado a partir dos anos 1990. O estado afigura-se como a instância de mediação e resolução dos conflitos, contribuindo para assentar a separação da vida comum de trabalhadores e subalternos em relação à forma política. No momento em que o pêndulo estatal se volta atualmente para sua face repressora, assistiu-se ao enfraquecimento das possibilidades de ação autônoma dos subalternos, para além das formas sociais capitalistas.

Venezuela e Brasil nas Encruzilhadas do Estado e da Política

Venezuela e Brasil constituem desde o final do século XX e início do XXI exemplos distintos das contradições da forma do estado na América do Sul. Por um lado, a eleição de Hugo Chávez em 1998 e o aprofundamento de processos de participação popular nas decisões governamentais apontava à primeira vista para a renovação das experiências socialistas. A melhoria nas condições de vida das camadas populares caracterizou-se pela tentativa de ampliar mecanismos de participação em decisões que as afetam e cujo ponto de partida foram intensos protestos e formas de organização até certo ponto autônomas em relação à política institucional. Ao mesmo tempo em que o estado venezuelano investia parte dos ganhos com a exportação de petróleo em políticas sociais, instituíram-se formas de participação que iam além das eleições, como no caso das comunas e conselhos comunais. Por outro lado, a experiência dos governos petistas, sobretudo no segundo mandato de Lula (entre 2007 e 2010) e nos três anos iniciais do primeiro mandato de Dilma Rousseff, parecia uma experiência bem-sucedida de inclusão social e crescimento econômico, sem que aparentemente houvesse maiores conflitos sociais. A redução dos níveis de pobreza e a elevação dos salários dos trabalhadores menos qualificados, por exemplo, ocorreram sem que existissem mobilizações amplas e uma participação aprofundada e organizada dos trabalhadores e subalternos. Não se trata de negar as experiências e instituições participativas promovidas pelo estado brasileiro, a partir da Constituição de 1988, e particularmente pelo Partido dos Trabalhadores, senão indicar suas contradições e limitações, especialmente pela diminuta capacidade de influir decisivamente nas políticas de estado. Assim, a menção às formas brasileiras de democracia participativa também ajuda a compreender a questão da conformação ao estado e a limitação dos horizontes de transformação.

À medida em que esses processos distintos ocorreram, as contradições contidas nas relações de exploração e dominação foram aos poucos levando ao limite a conformação dos antagonismos de ambas as sociedades. A morte de Chávez em 2013 e a eleição seguinte de Maduro, acompanhada da persistente crise econômica, abriu espaço para a crise política. No mesmo ano, os protestos contra o aumento das passagens no transporte público, organizados por alas da

esquerda críticas ao modelo de gestão petista, acabaram por assistir à ascensão de pautas anticorrupção e de grupos de extrema-direita, resultando na deposição de Dilma Rousseff. Mesmo com a posterior eleição de Bolsonaro, a crise política parece não ter um desfecho rápido à frente. O que parecia uma trajetória bem-sucedida e caminhos distintos de mudança social terminou por contestar grupos e partidos de esquerda no poder, dando lugar a novas direitas no Brasil e a antigos grupos golpistas na Venezuela, além do uso de medidas violentas por ambos os estados.

Apesar das diferenças entre os governos progressistas dos dois países, suas crises apontam para algumas semelhanças. Quando observados conjuntamente, os esforços por mudanças mais ou menos substantivas na vida dos trabalhadores e grupos subalternos se deram pela centralidade das formas políticas capitalistas e pela gravitação de suas organizações e movimentos ao redor do estado, expandindo certos problemas que vimos na seção anterior – a despeito do grau de autonomia dessas organizações ser diferente nos dois contextos, o que também impactou o nível de radicalidade dos processos de transformação. É preciso, então, procurar entender em que medida a gravitação ao redor do estado como horizonte de transformações se vincula às particularidades do desenvolvimento capitalista em cada país. Além disso, a própria conformação das relações entre as classes também encontra uma expressão específica na forma do estado e como ele aparece enquanto aquele horizonte. Quando se observa o início das manifestações populares que deram origem ao PT e ao chavismo, pode-se dizer que seus limites foram atingidos por aquela conformação, isto é, quando suas possibilidades de transformação mais ou menos radical foram absorvidas pelo estado de diferentes maneiras. Ou seja, essas crises políticas também seriam expressão da exaustão de certas formas de organização dos subalternos e de sua relação contraditória com o estado. O caso venezuelano será abordado primeiro. Na sequência, serão feitas algumas considerações sobre as perspectivas brasileiras nas últimas décadas.

As disputas sociais e políticas na Venezuela estão enraizadas na dependência histórica que a economia local tem em relação ao petróleo. Esse vínculo daria contornos tanto à configuração do estado como centro de gravidade dos conflitos quanto às representações acerca da política e das possibilidades de

transformação da sociedade. Muitos estudos e análises sobre a Venezuela nas últimas décadas partem da ideia de um “estado mágico”, que se apropriaria da renda obtida com a extração e exportação de petróleo e, por conseguinte, permitiria redistribuir esses ganhos ao conjunto da população.⁷ O país poderia finalmente atingir o patamar de desenvolvimento capitalista tão sonhado por países da região, ao mesmo tempo em que se distinguiria dos demais. Parte substancial das classes e atores políticos dos mais diversos matizes se orientaram por essa possibilidade, reificando o estado como o agente que resolveria por si mesmo os problemas nacionais. Ele seria o agente modernizador por excelência, transcendente em relação à nação, ao mesmo tempo em que seu unificador.

Isso tem implicações tanto para a conformação das classes sociais no país quanto para o estado. De início, quando o petróleo é descoberto nas primeiras décadas do século XX ele passa a ser o principal produto de exportação do país, e o estado passou cada vez mais a ser visto como fonte e administrador da riqueza nacional. Assim, os diferentes projetos políticos que caracterizaram a Venezuela se deram em torno da possibilidade de distribuir os frutos daquela abundância. O estado passa a intermediar a receita auferida com o recurso natural e os interesses nacionais a partir da nacionalização da indústria petroleira, em 1975, configurando uma disputa por ele próprio.

Em suma, o negócio petroleiro, o funcionalismo público, as obras de infraestrutura, os programas sociais e os subsídios diretos e indiretos ao consumo constituem uma rede que estende os benefícios da renda petroleira aos diferentes estratos da população, embora em proporção desigual (Santos, 2018, p. 41).

Por sua vez, na medida em que a renda petroleira permitiu subsidiar o consumo de mercadorias importadas, as burguesias do país passaram a ter um padrão de vida desligado dos processos produtivos nacionais e, portanto, muito acima das formas de consumo de trabalhadores. O antigo vínculo das burguesias latino-americanas com o exterior se agudiza, dificultando a formação de frações

⁷ Sem dúvida, o trabalho de Fernando Coronil (2002), *El Estado Mágico: naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*, constitui obra-chave a respeito do assunto. Partindo de uma caracterização feita pelo dramaturgo José Ignacio Cabrujas, o livro mostra como o imaginário sobre o estado e a nação na Venezuela foram circunscritos pela ideia eurocêntrica de progresso, a partir das supostas possibilidades infinitas trazidas pelas riquezas naturais pertencentes ao país. A obra de Coronil serviu como ponto de partida de muitos trabalhos de interpretação das dificuldades que o país enfrentaria para superar uma economia voltada essencialmente à produção petrolífera, deixando em segundo plano a diversificação das atividades econômicas e correspondente a uma industrialização incipiente.

industriais e nacionais. Embora a ascensão e consolidação da liderança de Chávez tenha representado uma inflexão importante, tanto com a abertura à participação popular quanto na redistribuição dos ganhos petrolíferos a favor das camadas mais empobrecidas dos trabalhadores, o eixo estado-petróleo-rentismo permaneceu como elemento aglutinador da sociedade venezuelana. Também para as classes trabalhadoras e grupos subalternos, esse baluarte ajudaria a conformar suas expectativas de mudança social e suas formas de organização.

O cenário muda com o *Caracazo*. A partir de então, enraizou-se nas periferias venezuelanas um vasto e profundo ativismo popular (Machado e Zibechi, 2016, p. 5). Uma nova camada de movimentos autônomos e horizontais surgiu, questionando a lógica das burocracias e das representações políticas e sindicais. Embora eles tenham contribuído decisivamente para a vitória eleitoral de Chávez em 1998, a ampliação de processos participativos só teria ocorrido a partir de 2002, com a tentativa frustrada de golpe liderada por empresários. Ao mesmo tempo, foi uma época de estatizações, incentivos a empresários nacionais e estímulo a formas de produção no campo e na cidade. Houve uma série de iniciativas em diversos terrenos com o esforço de aprofundar a organização dos subalternos.

Durante o primeiro governo de Chávez criou-se uma atmosfera de otimismo, particularmente entre os pobres e empobrecidos, mas também entre as classes médias urbanas. As decisões de políticas públicas com perspectiva participativa estimularam a criação de múltiplas instituições, como mesas técnicas de água, comitês de terra, mesas de gás, organizações comunitárias autogestionárias, conselhos locais de participação pública, etc. (López Maya, 2016, p. 166).

Graças a essas iniciativas, a liderança política de Chávez cresceu, ajudando a enfrentar as disputas políticas com os opositores ao nascente projeto bolivariano. Ao mesmo tempo, o preço internacional do barril de petróleo aumenta, o que deu sustento a políticas de redistribuição de renda e apoio às iniciativas de organização popular.

Contudo, aquelas iniciativas encontrariam barreiras nos direcionamentos por cima que o estado deu aos movimentos populares. Além disso, a expansão da acumulação capitalista no início dos anos 2000 seria revertida a partir de 2009, quando os preços do petróleo começam a cair, expressão da crise global do ano anterior. É nesse mesmo ano que o governo Chávez lança as bases para a constituição de um “estado comunal”, com as instituições estatais incentivando a

formação de comunas e conselhos comunais (CC). À época em que o governo bolivariano incentivava e organizava a participação social nos conselhos, um observador e analista da realidade venezuelana os descreveu assim: “a experiência dos CC tem avançado muito na mobilização, na politização, na geração de consciência revolucionária e de participação democrática direta”, constituindo a essência mesma de um novo estado (Seabra, 2012, pp. 176-7). Formados por muitas lideranças negras e femininas, os conselhos partiam de reivindicações imediatas (falta de estrutura urbana e serviços básicos como eletricidade) para se tornarem verdadeiros órgãos de gestão pública conduzidos pelos próprios habitantes das comunidades populares. Vislumbravam-se, então, as “possibilidades futuras de uma efetiva democracia de baixo para cima” (ibidem, p. 182). No entanto, mesmo com a perspectiva de decisões dos próprios trabalhadores e subalternos com relação a aspectos que tocavam suas vidas diretamente, já se percebia naquele momento certas tendências que colocariam em xeque a organização dos movimentos coletivos autônomos. Para isso contribuiria não apenas o papel muitas vezes tutelar do estado e a inexistência de uma economia própria daquelas formas de organização popular (Machado e Zibechi, 2016, p. 69), mas também o próprio andamento da expansão capitalista no país, reforçando as características centrais do estado.

Aos poucos foram se agravando as ligações perigosas entre estado, petróleo e rentismo. Não seria mero acaso que as contradições entre organizações populares e mesmo autogestionárias, por um lado, e o aumento da dependência em relação ao recurso natural e a formação de um setor burguês ligado à redistribuição da renda petrolífera efetuada pelos governos bolivarianos (*boliburguesia*), por outro lado, tenham resultado num paradoxal crescimento do capitalismo na Venezuela. De acordo com Sutherland (2018, p. 148), as estatizações foram negócios lucrativos para as burguesias locais, uma vez que muitas das empresas seriam tecnicamente obsoletas. Além dos indicadores de aumento da participação do setor privado no conjunto da economia, também chama atenção a queda contínua das rendas dos trabalhadores desde 2006. Sutherland é um de vários autores que vão apontar para as limitações das transformações na economia venezuelana (cf. Santos, 2018, p. 59 e ss.; López Maya, 2016; Mantovani, 2014, pp. 157-189). Mesmo que os governos

bolivarianos tenham expandido o gasto social e estatizado empresas, sua política econômica agravou os problemas ligados ao rentismo petrolífero, favorecendo o enriquecimento de setores que lucram com as importações e a expansão de uma “casta” militar-burocrática.⁸

Paulatinamente esses interesses colocariam em xeque as perspectivas de organização autônoma dos subalternos. O funcionamento da acumulação em sua variante venezuelana, agravada pelo fato de que os governos bolivarianos não tenham conseguido se livrar do peso representado pela extração e exportação de petróleo, parece cada vez mais impor o estado como aquela entidade mágica da qual falava Coronil. Mantovani (2014, p. 184) pergunta-se, afinal, “quem nas elites do capitalismo rentista nacional na atualidade permitiria dismantelar seu próprio instrumento de poder a favor de formas de autogestão econômica e política em todo o país – leia-se, o chamado ‘Estado Comunal’”? Além disso, o mesmo analista afirma que a partir de 2007, quando surge a proposta estatal por aquela forma de estado, houve uma crescente desmobilização do movimento popular. Sua institucionalização teria se revertido em burocratização, que se busca compensar tanto com os benefícios da distribuição da renda petrolífera, quanto por uma situação de emergência que vai impedindo trabalhadores e subalternos de fazer críticas ao governo. “A política parece perder cada vez mais suas formas de exercício direto da soberania popular, prevalecendo a lógica eleitoral” (ibidem, p. 185).⁹ A forma política encarnada pelo estado voltaria, então, a se apresentar como solução mágica dos conflitos sociais. A chegada de Maduro à presidência só agravaria tais circunstâncias.

A comparação com o cenário brasileiro requer algumas mudanças na análise a respeito dos nexos entre estado, acumulação do capital e organização dos trabalhadores e subalternos. Diferentemente de seu país vizinho, a dinâmica

⁸ “A aliança entre as elites locais e as empresas transnacionais faz com que as inversões produtivas da renda petrolífera sejam determinadas pelas necessidades do capital estrangeiro, ainda que se vendam à população como projetos de ‘interesse nacional’. Não é casual que historicamente muito poucos fundos tenham se dirigido à agricultura para cimentar as bases de uma soberania alimentar. É o grande capital junto às instituições de financiamento supranacionais quem financia o desenvolvimento e dirige as inversões primordiais à articulação nacional com o mercado mundial capitalista” (Mantovani, 2014, p. 177).

⁹ Machado e Zibechi (2016, p. 70) vão mais além na crítica. Para eles, a institucionalização dos grupos com origem popular faz com que estes passem a fazer parte da cultura rentista. De organizações portadoras de novas relações sociais, terminaram por se subordinar a um mundo velho e conhecido.

capitalista no Brasil não se prendeu à extração quase exclusiva de um recurso natural.¹⁰ De maneira semelhante ao que ocorreu na Argentina e no México, o estado teve um papel central para impulsionar o desenvolvimento capitalista, controlando parte significativa das indústrias de base e criando infraestrutura necessária à produção e circulação de mercadorias. Mesmo nas décadas seguintes à liderança varguista, quando capital industrial estrangeiro aflui para cá e, posteriormente, se desenvolvem capitais bancários e financeiros, o investimento estatal continuou a ter presença constante na expansão capitalista. Tais circunstâncias não deixariam de conformar o perfil das classes trabalhadoras em suas diferentes frações.

Durante a expansão da industrialização, houve um grande processo de migração interna, especialmente da região nordeste para o centro-sul do país, onde cresceriam as plantas industriais e as atividades urbanas. Em meados do século XX, configura-se uma divisão entre os trabalhadores. De um lado, a parcela ligada às atividades industriais consegue garantir condições para reproduzir sua força de trabalho de maneira estável, quando se institui, por exemplo, a carteira de trabalho, salário mínimo, estabilidade no emprego, assistência e previdência social. Do outro lado, uma massa de trabalhadores que permaneceu vinculada a atividades rurais e de subsistência.¹¹ Em sua grande maioria, negros e descendentes de indígenas, que desde a abolição da escravidão se viram jogados à própria sorte, sem meios de produzir e reproduzir suas vidas e sem condições de se comportar como possuidores de mercadorias iguais aos brancos – parafraseando Florestan Fernandes (2008). Aqueles que tentaram a sorte em cidades grandes como Rio de Janeiro ou São Paulo, se viram presos a uma rede de atividades informais e precárias, excluídos do mercado de trabalho urbano-industrial. Ou não eram qualificados para tais atividades, ou serviam

¹⁰ Muito embora as últimas décadas tenham assistido a uma reversão desse processo, com a desindustrialização da economia brasileira e a conversão do país a um dos principais exportadores de recursos naturais como minérios e produtos agropecuários.

¹¹ Vale ressaltar a interação destes trabalhadores com os latifúndios na forma de “meeiros” ou “parceiros”. É comum que no país se juntem trabalhadores rurais que circulam entre o latifúndio e lavouras ligadas à subsistência. Nos momentos de auge das grandes colheitas, eles são aproveitados como força de trabalho barata. Com o declínio ou a crise das monoculturas, aqueles trabalhadores se deslocam para as áreas precarizadas de subsistência. Sobre o assunto, cf. Oliveira (2003).

como exército de reserva que ajudava a regular para baixo o valor do conjunto da força de trabalho (Oliveira, 2003).

A despeito das diferenças entre essas frações, o estado se afigurou como um horizonte de possibilidades de mudança social para ambas. Para os trabalhadores industriais, o estado aparecia como provedor de direitos, especialmente na figura de Getúlio Vargas, ainda que a legislação trabalhista tenha sido fruto de lutas operárias. Para os trabalhadores informais e reduzidos a atividades de subsistência, a imagem do caudilho se apresentaria de maneira ainda mais perversa, como “pai dos pobres”. Ou seja, para aqueles fora das condições formais de emprego e trabalho, as ações do estado reforçavam a perspectiva de que o estado aparecesse como uma entidade acima das classes e, principalmente, como um horizonte a ser alcançado.¹² Afinal, melhor contar com a carteira assinada do que viver de bicos.

Com a instauração da ditadura militar, esse cenário se agravaria. Em parte, ela é uma resposta à ampliação e relativa autonomização das lutas subalternas por melhores condições de vida no início dos anos 1960, quando o modelo da industrialização populista começa a entrar em crise. A chegada dos militares ao controle do estado não apenas aumenta a desigualdade social substancialmente, tornando os trabalhadores empobrecidos mais pobres ainda e aprofundando a superexploração da força de trabalho, mas também excluindo qualquer forma de protesto e organização dos subalternos.

Diante desse cenário, mais especificamente no final da ditadura, quando a repressão estatal já havia controlado e assassinado militantes de esquerda, voltam a aparecer formas de luta organizadas. O PT surge como uma constelação de organizações das esquerdas no final dos anos 1970: movimentos populares que se organizavam nas periferias das grandes cidades e que lutavam por questões como acesso à moradia, transporte e infraestrutura urbana; pastorais operárias; membros dos antigos partidos socialistas e comunistas, perseguidos e exilados pela ditadura militar; trabalhadores sindicalizados de grandes centros urbanos

¹² Não se pode esquecer, mais uma vez, que o estado também se manifesta como pura força, seja para conter as formas de organização e reivindicação dos subalternos desde a escravidão, seja pelo controle policial de sindicatos e partidos. De acordo com Lincoln Secco (2014), esse duplo caráter do estado, provedor e repressor, explicaria a visão dos trabalhadores não organizados. Sem o estado, suas condições de vida tinham poucas garantias. Com ele, trata-se de reprimir qualquer tentativa de organização autônoma, com pautas próprias.

que lutavam contra a estrutura dos sindicatos atrelada à burocracia estatal e também por melhores salários e condições de trabalho. Todas essas organizações lutavam pelo fim do regime militar e confluíram para fundar o PT, partido que se pretendia representante dos trabalhadores e independente em relação à máquina estatal, refratária à participação dos subalternos.

A trajetória do partido pode ser vista, especialmente em seus anos iniciais, como a relação conflituosa com esses movimentos autônomos e as perspectivas de representação política no interior do estado. Aos poucos, o partido vê suas bandeiras serem derrotadas e a perspectiva eleitoral impõe-se.¹³ A campanha por eleições diretas e o aprofundamento da democratização, incluindo formas participativas, é não apenas dispersada, mas passa a ser hegemônica por setores burgueses, vinculados a partidos tradicionais da política institucional e ligados à ditadura. Não por acaso, a nova constituição aprovada em 1988 contém muitos dispositivos autoritários – ainda que tenham sido aprovados mecanismos de um esboço de estado de bem-estar (Zaverucha, 2010). Na sequência, o PT é derrotado nas eleições presidenciais de 1989, o que se repetiria nos dois pleitos seguintes. A partir de então, o discurso e as práticas do partido se dirigem paulatinamente para um esforço de construção nacional e edificação de um capitalismo inclusivo e cidadão, no qual o estado teria um papel central – tanto

¹³ Trata-se, aqui, de uma generalização da experiência dos governos petistas. Efetivamente, parte importante de suas gestões tentou construir formas de participação popular nas últimas décadas, como nos casos dos Orçamentos Participativos em prefeituras lideradas pelo partido, em cidades como Porto Alegre, Belém e Recife. Posteriormente, no momento em que o PT lidera o governo federal, buscou-se implantar conferências nacionais, cujo esforço consistiria em integrar participação e deliberação, especialmente nas áreas de saúde e assistência social. Por um lado, é possível argumentar que elas se aproximaram de alguma maneira dos poderes executivo e legislativo, influenciando a tomada de decisões públicas. Por outro lado, é possível argumentar também que o alcance dessa participação foi bastante limitado, pois tocou apenas em questões laterais das políticas públicas e foram pouco capazes de alterar substancialmente o tamanho e a fatia dos orçamentos públicos aos quais se dirigiam (Fontes, 2010, p. 281). Para Dagnino (2004, p. 205), a abertura de espaços de participação nas discussões e formulações de políticas públicas restringiu aqueles mecanismos a simples executores de políticas públicas, sem que o poder de decisão quanto a essas políticas fosse compartilhado. Seria possível sugerir que essas formas limitadas de democracia participativa no Brasil ilustram a capacidade de nosso estado em conformar e absorver os antagonismos sociais, utilizando para os fins da reprodução do capital as estratégias de sobrevivência e reivindicações dos trabalhadores e subalternos. Mesmo um autor entusiasta das formas de democracia participativa no Brasil como Avritzer (2012, p. 138) toma o cuidado de dizer que, apesar de um algum elemento de efetividade, haveria muitas lacunas. Com relação às conferências nacionais, diz outro autor (Silva, 2016, p. 666), “surgiram vários problemas potenciais, tais como: a dificuldade do cidadão comum, não militante de alguma organização social, em se fazer ouvir nas IPs [Instituições Participativas] brasileiras; a forma de escolha desses representantes da sociedade civil e da administração federal, em boa medida, por nomeação”, entre outros aspectos.

para retomar as perspectivas de desenvolvimento econômico quanto para incluir os trabalhadores marginalizados no mercado interno. No meio do caminho, porém, a reestruturação neoliberal avançava a passos largos.

Se durante o período da industrialização a incorporação dos subalternos às condições formalizadas de exploração e dominação encontravam barreiras na própria configuração do processo de acumulação, isso se agravaria a partir dos anos 1990. Com a desindustrialização e a conversão da economia brasileira em plataforma de atração de investimentos financeiros internacionais, concomitante à sua reprimarização, os índices de desigualdade e de informalidade aumentaram nessa mesma década (Paulani, 2008; Prado, 2017). Por conseguinte, também se gerou um mal-estar dos trabalhadores com as condições de vida, o que foi peça fundamental na eleição de Lula em 2002. No entanto, diferentemente do que ocorreu na Venezuela, não houve uma ascensão de formas autônomas de organização popular.

Contribuiu para esse cenário tanto a “confluência perversa” de movimentos sociais em direção às formas estatais de gestão (Dagnino, 2004) quanto a ênfase do PT nas plataformas eleitorais. Por um lado, movimentos sociais em torno de moradia, saúde e educação foram aos poucos sendo incorporados à lógica da administração das populações – algo do qual o próprio partido foi artífice, com seu “modo petista de governar”. As práticas de organização daqueles movimentos passam a ser utilizadas pelo estado como práticas de gestão, ao preço da perda de sua autonomia e da possibilidade de conduzir as vidas dos trabalhadores para além das relações mercantis e de assalariamento. Por outro lado, o Partido dos Trabalhadores deixa de ser polo aglutinador das lutas sociais para se concentrar na eleição de sua principal liderança, Lula. O preço que se pagou foi alto: quanto mais as lutas políticas foram vinculadas à imagem do líder, menos elas pareciam ter como protagonistas os trabalhadores e subalternos. As eleições passam cada vez mais a ser o único momento de mobilização popular.

Mas o neoliberalismo também contribuiria para reconfigurar o perfil das classes trabalhadoras, o que correspondeu ao estreitamento de suas formas de organização. Traços como a reestruturação produtiva, a precarização do emprego da força de trabalho e o aumento de formas de vigilância sobre o processo de

trabalho feitas pelos próprios trabalhadores redundaram no afastamento dos subalternos em relação a movimentos sociais e partidos. A “confluência perversa” não se restringiu apenas à relação entre movimentos sociais e estado. É possível dizer que ela ocorreu também nos nexos entre a ideologia e as práticas neoliberais, por um lado, e os trabalhadores e suas formas de organização, por outro. As eleições enquanto momento de mobilização reforçaram a visão de que o estado é o único horizonte possível das transformações na vida dos indivíduos, retirando sua própria capacidade em tomar essas decisões. A escolha de lideranças capazes de conduzir a melhoria na vida dos indivíduos se coaduna também com o individualismo e a competição entre os trabalhadores, exacerbadas na atualidade pela perenidade do empreendedorismo e pelos efeitos da “uberização” do trabalho.

Durante sua administração, os governos do PT se pautaram pela possibilidade de remediar os problemas relativos à desigualdade social mediante políticas de financeirização e não de ampliação de mecanismos universais de cidadania (Lavinias, 2017). No lugar das lutas por educação e saúde públicas de qualidade, além da expansão dos equipamentos e da infraestrutura pública, deu-se preferência à distribuição de dinheiro, atrelando-se a ampliação dos benefícios sociais à expansão de negócios privados e à de seu capital – como fica evidente nos casos dos programas de financiamento estudantil e de moradia popular. Ao mesmo tempo em que redistribuía uma parte os lucros vindos com a exportação de produtos primários, o estado servia de alavanca para a reapropriação da renda de trabalhadores. Esse cenário parecia não sofrer maiores contestações durante o auge das exportações de *commodities*, quando a acumulação de capital afluía para o Brasil. Contudo, no momento em que eclode a crise de 2008 e o país é arrastado nos anos seguintes pela queda no preço dos produtos primários, impuseram-se medidas de austeridade que pioraram significativamente as condições de vida dos explorados e dominados.

No que se refere ao PT como forma de organização dos trabalhadores, ele mesmo investiu na aparência do estado como modulador dos conflitos sociais, minando as possíveis bases para movimentos por fora das instituições políticas. Não seria mero acaso que, no momento em que sofreu sua derrota mais dura com o *impeachment* de Dilma, houvesse poucas respostas por parte dos trabalhadores.

Parecia não restar mais nada ao partido do que se aferrar às soluções institucionais e jurídicas, abrindo espaço para o controle da crise política que se inicia para as forças tradicionais e burguesas (Mascaro, 2018, p. 35). Mas a política enquanto forma de resolução e amortecimento dos conflitos sociais também se encontrava esgarçada. Para uma parcela da população brasileira, incluindo trabalhadores e subalternos, a política institucional e sua face visível, o PT, eram as culpadas pela crise econômica. O ressentimento criado por anos de individualização e competição neoliberal teve como desfecho a ascensão de um político que só na aparência estava fora da política institucional. Aproveitando-se da desorganização dos setores populares, Jair Bolsonaro se elegeu prometendo trazer ordem à nação, utilizando-se para isso da mão forte do estado.

Considerações Finais: o estado como horizonte da ordem

Este texto não tinha como objetivo a proposição direta de alternativas em termos de política organizativa dos trabalhadores e subalternos. Só é possível fazer essa reflexão a partir de novas formas de organização dos subalternos encontradas ou reinventadas por eles mesmos. O que se propõe aqui é um ponto de partida para a discussão das limitações dessas organizações quando se tem em vista sua relação ao estado, ou seja, a capacidade deste de transfigurar os conflitos e antagonismos sociais ao mesmo tempo em que pode, em determinados momentos, incorporar parte das demandas daqueles grupos. Daí que a crítica aqui proposta tenha partido de um exame da forma-estado em geral e aproximado o problema às particularidades do capitalismo nos países da região. Procurou-se mostrar como em períodos históricos distintos o estado funcionou como pura força, excluindo sujeitos da forma de mediação dos conflitos, assim como em outros por meio da incorporação de subalternos, ao preço de limitar o horizonte de transformações. Essa limitação redundou, no limite, na impossibilidade de que as antigas formas de organização dos subalternos continuassem, seja pela repressão estatal, seja pela adesão a práticas e ideologias que mantêm sua subordinação. Ou ainda, a gravitação em torno do estado e as limitações do horizonte de transformações correspondeu à imposição de formas sociais que impedia um horizonte anticapitalista.

Nos dois cenários discutidos brevemente, a ordem do estado e da nação se afirma mais uma vez como possível resolução dos impasses das crises políticas. Não deixa de ser curioso que o contexto brasileiro se aproxime do caos do qual o país vizinho foi costumeiramente acusado tanto por políticos profissionais quanto pela grande imprensa brasileira. Evidentemente, tratam-se de situações distintas, mas que tem na tentativa de unificar os conflitos sociais pela força um elemento em comum. Uma das diferenças é que no Brasil um apologista da ditadura e da tortura chegou ao poder. De maneira bastante distinta em relação a seus vizinhos do Cone Sul, que bem ou mal tentam acertar contas com o passado de violência estatal sistemática e assassinatos de opositores, a realidade brasileira insiste em recalcar o trauma da ditadura. De maneira inconsciente, as memórias das violências antigas, sobretudo da escravidão e do período colonial, retornam no cotidiano e se exacerbam com a crise agonizante. Mais do que isso, pode-se dizer que o projeto de modernização capitalista da ditadura correspondeu à nacionalização nos termos colocados por Zavaleta e Quijano. Aqueles que não concordam com uma lógica excludente, que pela própria dinâmica das relações capitalistas classifica indivíduos em cidadãos e não cidadãos, devem sofrer as consequências da imposição das formas da sociabilidade burguesa. Assim, o pacto com a ordem por parte das esquerdas organizadas, que tentaram colocar o problema da nação e do estado como uma forma neutra, passível de apropriação pelos subalternos, mostrou que essa proposta não tem lugar no Brasil e em países como os da América Latina. Talvez não seja mero acaso o discurso de Bolsonaro segundo o qual a ditadura não terminou seu serviço. Tampouco é casual que as esquerdas e as organizações dos trabalhadores e subalternos não encontrem uma saída com os meios que se usaram no Brasil nas últimas décadas. A ênfase nos mecanismos tradicionais de resolução dos conflitos sociais, centrados nos parlamentos e nos judiciários, parece não ter atentado para o fato de que a forma política se esgotou no Brasil contemporâneo. Isso foi algo que a extrema-direita soube captar, ainda que de forma invertida, uma vez que a proposta pela resolução da crise política se faz por uma defesa intransigente da ordem e subordina os subalternos mais violentamente ainda.

A percepção de analistas a respeito da atual situação venezuelana também guarda alguma semelhança com a brasileira no quis respeito às limitações das

ações da esquerda no poder. Distante das possibilidades de uma democracia participativa e da organização horizontal de trabalhadores e subalternos, o governo de Nicolás Maduro se aferra cada vez mais a uma defesa do estado nacional, redundando muitas vezes no uso de força policial – não apenas contra as forças de direita, mas também contra antigos apoiadores de extração popular e movimentos que lutam para manter as perspectivas de transformação radical. De maneira parecida com o caso brasileiro, a Venezuela convive hoje em dia, diante do agravamento da crise econômica e sucessivas crises políticas, não apenas com o recrudescimento do regime atual, mas também com as tentativas de golpe pelas direitas – até agora frustradas. O que se apresentava como um sonho de mudança radical vinda de baixo se realizou como a tentativa a todo custo de defender a nação e o estado, esgotando as possibilidades de uma política subalterna que viesse por fora das instituições políticas.

As ações do governo sugerem que a prioridade é sua permanência no poder, acima de qualquer objetivo, com o propósito de evitar o retorno da direita. No entanto, esse governo, autodenominado de esquerda e revolucionário, demonstra uma combinação explosiva de inaptidão, corrupção e autoritarismo crescente, e, longe de conter a direita, está lhe preparando o terreno. Passo a passo, foram desmoronando todas as ilusões de um mundo possível que predominaram no imaginário popular venezuelano nos primeiros anos do processo bolivariano liderado por Hugo Chávez. Hoje, vem se instaurando na população o dogma neoliberal, segundo o qual o poder público é necessariamente ineficiente e corrupto (Lander, 2018b, p. 240).

Esperemos que a resolução para as crises políticas, que não dependem de arranjos e acomodações entre dominantes e dominados, mas do fim dessa relação mesma, possa retornar ao horizonte.

Bibliografia

AMORIM, Alessandro Michael Cunha. “Democracia, governos de esquerda e participação política na América Latina: um olhar sobre a experiência brasileira e venezuelana”. Paper apresentado no *39º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais* (2015).

CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Neoliberalismo y dependencia contemporânea. La actual lucha de clases por la transformación social”. In: VILLAGRA, Luis Rojas (cord.), *Neoliberalismo en América Latina. Crisis, tendencias y alternativas*. Asunción: CLACSO, 2015, p. 263-82.

CARVALHO, José Murilo de. "Cidadania: tipos e percursos". *Estudos Históricos*, n. 18, 1996, pp. 337-359.

CORONIL, Fernando. *El Estado Mágico. Naturaleza, dinero y modernidad en Venezuela*. Caracas: Nueva Sociedad/Consejo de Desarrollo Científico y Humanístico de la Universidad Central de Venezuela, 2002.

CORTÉS, Martín. "El Leviatán criollo. Elementos para una análisis de la especificidad del Estado em América Latina". In: THWAITES-REY, Mabel (org.), *El Estado en América Latina. Continuidades y rupturas*. Buenos Aires/Santiago: Clacso/Editorial ARCIS, 2012, pp. 93-116.

DAGNINO, Evelina. "Confluência perversa, deslocamentos de sentido, crise discursiva". In: GRIMSON, Alejandro (Org.), *La cultura em las crisis latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2004, pp. 195-216.

DEMIROVIC, Alex. "Para que fim e de que forma criticar o estado?". *Direito e Práxis*, vol. 5, n. 9, 2014, pp. 342-65.

DILGER, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). *Descolonizar o imaginário. Debates sobre pós-extratativismo e alternativas ao desenvolvimento*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo/Autonomia Literária/Elefante, 2016.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes. O legado da "raça branca". Volume 1*. São Paulo: Globo, 2008.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo. Teoria e história*. Rio de Janeiro: EPSJV/Editora UFRJ, 2010.

GAGO, Verónica. *A razão neoliberal. Economias barrocas e pragmática popular*. São Paulo: Elefante, 2018.

HEINRICH, Michael. *An introduction to the three volumes of Karl Marx's Capital*. New York: Monthly Review Press, 2012.

HIRSCH, Joachim. "O problema da dedução da forma e da função do estado burguês". In: REICHEL, Helmut; HENNIG, Eike; SCHÄFER, Gert; HIRSCH, Joachim, *A teoria do Estado. Materiais para a reconstrução da teoria marxista do Estado*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990, pp. 143-58.

LANDER, Edgardo. "El estado mágico sigue ahí. Las continuidades y rupturas en la historia del petroestado venezolano". *Nueva Sociedad*, 274, pp. 30-43, 2018a.

_____. "Notas sobre a implosão rentista Venezuela". In: LEITE, José Correa; UEMURA, Janaina; SIQUEIRA, Filomena (org.), *O eclipse do progressismo. A esquerda latino-americana em debate*. São Paulo: Elefante, 2018b, pp. 233-40.

LAVINAS, Lena. *The takeover of social policy by financialization. The Brazilian Paradox*.

New York: Palgrave Macmillan, 2017.

LECHNER, Norbert. "La crisis del Estado em América Latina". In: *Obras I. Estado y derecho*. México D.F.: FLACSO/Fondo de Cultura Econômica, 2013, pp. 331-431.

LÓPEZ MAYA, Margarita. "La crisis del chavismo em Venezuela actual". *Estudios Latinoamericanos*, Nueva Época, 38, Julio-Diciembre, 2016, pp. 159-185.

MACHADO, Decio e ZIBECCHI, Raul. *Cambiar el mundo desde arriba. Los limites del progressismo*. La Paz: CEDLA, 2016.

MANTOVANI, Emiliano Terán. *El fantasma de la Gran Venezuela. Un estudio del mito del desarrollo y los dilemas del petro-estado em la Revolución Bolivariana*. Caracas: CELARG, 2014.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política. Tomo I, Vol. 1*. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

MASCARO, Alysson Leandro. *Crise e golpe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2018.

OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OSORIO, Jaime. *O Estado no centro da mundialização. A sociedade civil e o tema do poder*. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

PAULANI, Leda. *Brasil delivery. Servidão financeira e estado de emergência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

PRADO, Eleutério. "Das explicações para a quase estagnação da economia capitalista no Brasil". *Revista de Economia Política*, vol. 37, nº 3 (148), pp. 478-503, julho-setembro 2017.

QUIJANO, Aníbal. "Estado-nación, ciudadanía y democracia. Cuestiones abiertas". In: *Cuestiones y horizontes. De la dependencia histórico-estructural a colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014a, pp. 605-24.

_____. "La razón del Estado". In: *Cuestiones y horizontes. De la dependencia histórico-estructural a colonialidad/descolonialidad del poder*. Buenos Aires: CLACSO, 2014b, pp. 743-56.

REIS FILHO, Daniel Aarão. "A ditadura faz cinquenta anos: história e cultura política nacional-estatista". In: *A Ditadura que Mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014, pp. 11-29.

SANTOS, Fábio Luis Barbosa dos. *Uma história da onda progressista sul-americana*. São Paulo: Elefante, 2018.



SECCO, Lincoln. "A hegemonia tardia". In: Pinheiro, Milton (org.). *Ditadura: o que resta da transição?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2014, pp. 231-147.

SEABRA, Raphael Lana. A primeira revolução no século XXI? Bolívarismo e socialismo na Venezuela. Tese (Doutorado em Sociologia). Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, 237 p., 2012.

SILVA, Fabrício Pereira. "Padrões de Participação em Governos de Esquerda na América Latina: Brasil e Venezuela em Perspectiva Comparada". *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, vol. 59, n. 3, 2016, pp. 651-681.

STOLOWICZ, Beatriz. *A contracorriente de la hegemonia conservadora*. México D.F.: Editorial Ítaca, 2012.

SUTHERLAND, Manuel. "La ruina de Venezuela no se debe al 'socialismo' ni a la 'revolución'". *Nueva Sociedad*, 274, marzo-abril 2018, pp. 142-51.

SVAMPA, Maristela. *Las fronteras del neoextractivismo em América Latina. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependências*. Costa Rica: Editorial UCR, 2019.

THWAITES-REY, Mabel (org.). *El Estado en América Latina. Continuidades y rupturas*. Buenos Aires/Santiago: Clacso/Editorial ARCIS, 2012.

THWAITES-REY, Mabel e OUVIÑA, Hernán. "La estatalidad latino-americana revisitada. Reflexiones e hipótesis alrededor del problema del poder político y de las transiciones". In: THWAITES-REY, Mabel (org.). *El Estado en América Latina. Continuidades y rupturas*. Buenos Aires/Santiago: Clacso/Editorial ARCIS, 2012, pp. 51-92.

ZAVALETA, René. "Notas sobre la cuestión nacional em América Latina" In: *El Estado em América Latina*. La Paz: Editorial Los Amigos del Libro, 1989a, pp. 43-60.

_____. "El Estado en América Latina". In: *El Estado em América Latina*. La Paz: Editorial Los Amigos del Libro, 1989b, pp. 161-203.

ZAVERUCHA, Jorge. "Relações civil-militares: o legado autoritário da Constituição de 1988". In: TELES, Edson e SAFATLE, Vladimir (org.), *O que resta da Ditadura?* São Paulo: Boitempo Editorial, 2010, pp. 41-77.

WEFFORT, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

O Estado como Forma e como Limite: contradições das esquerdas na América Latina, em especial na Venezuela e no Brasil

Resumo

Este texto tem por objetivo fazer algumas reflexões sobre a gravitação de partidos e movimentos populares e de trabalhadores em relação ao estado em países da América do Sul nas últimas duas

décadas e entender as circunstâncias que levaram às crises políticas que se seguiram, especialmente no Brasil e na Venezuela. A gravitação daquelas organizações é entendida a partir de uma teoria do estado capitalista que o analisa enquanto forma que contém os conflitos e antagonismos sociais, além da sua especificidade nos países da região. Parte-se de uma breve resenha sobre os governos progressistas da América do Sul para em seguida mostrar as particularidades da forma estado na região e problematizar em que medida os governos e os movimentos e organizações populares venezuelanos e brasileiros tiveram seus horizontes de transformação conformados pela atividade estatal. O texto sugere, então, que a crise política e a ascensão (ou o retorno) de grupos de direita e extrema-direita no Brasil e na Venezuela podem ser pensadas em conexão com a questão da conformação dos horizontes de transformação.

Palavras-chave: crise política; governos progressistas; estado; forma política.

Estado como Forma y Limite: contradicciones de las izquierdas latino-americanas, especialmente en Venezuela y Brasil

Resumen

Este texto tiene como objetivo hacer algunas reflexiones sobre la gravitación de los partidos y movimientos populares y obreros en relación al Estado en los países de América del Sur en las últimas dos décadas y comprender las circunstancias que llevaron a las crisis políticas que siguieron, especialmente en Brasil y en Venezuela. La gravitación de esas organizaciones se entiende a partir de una teoría del Estado capitalista que lo analiza como una forma que contiene conflictos y antagonismos sociales, además de su especificidad en los países de la región. Se inicia con un breve repaso sobre los gobiernos progresistas de América del Sur para luego mostrar las particularidades del Estado en la región y discutir hasta qué punto los gobiernos y organizaciones y movimientos populares venezolanos y brasileños han conformado sus horizontes de transformación por la actividad estatal. El texto sugiere, entonces, que la crisis política y el surgimiento (o retorno) de los grupos de derecha y extrema derecha en Brasil y Venezuela pueden pensarse en conexión con la cuestión de la conformación los horizontes de la transformación.

Palabras clave: crisis política; gobiernos progressistas; estado; forma política.

The State as Form and Limit: contradictions of the Latin American Left, especially Venezuela and Brazil

Abstract

This text assesses the gravitation from popular and workers' movements by the state in South American countries in the last two decades, especially in Brazil and Venezuela. It understands that gravitation from a capitalist state theory which analyses the state as a form that contains social conflicts and antagonisms. The essay starts with a short review of the so-called progressive governments in South America and then shows the particularities of the state in those countries. Later, popular and workers' movements from Venezuela and Brazil are evaluated according to the limitations in their emancipatory horizon conformed by the state. Finally, it suggests that the political crisis and the return of right-wing/ extreme right groups in Brazil and Venezuela could be thought in connection with the limitation of the emancipatory horizon.

Keywords: political crisis; progressive governments; state; political form.